



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

268

Processo : 10480.006344/98-81

Acórdão : 203-07.941

Recurso : 116.587

Sessão : 23 de janeiro de 2002

Recorrente : COMERCIAL LA PUERTO LTDA.

Recorrida : DRJ em Recife - PE

NORMAS PROCESSUAIS – INCONSTITUCIONALIDADE DA MULTA E DA TAXA SELIC - A instância administrativa não é competente para o exame de constitucionalidade de leis. **Preliminar rejeitada.** COFINS – MULTA E JUROS – Cabe aplicação de multa e juros quando se compatibilizam com as prescrições legais destinadas à matéria objeto da lide. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: COMERCIAL LA PUERTO LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos:** I) **em rejeitar a preliminar de arguição de constitucionalidade;** e II) **no mérito, em negar provimento ao recurso.** Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Mauro Wasilewski e Renato Scalco Isquierdo.

Sala das Sessões, em 23 de janeiro de 2002

Otacílio Dantas Cartaxo
Presidente

~~Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva~~
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz, Maria Teresa Martínez López, Valmar Fonseca de Menezes (Suplente), Antonio Augusto Borges Torres, Lina Maria Vieira e Adriene Maria de Miranda (Suplente).

cl/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : **10480.006344/98-81**

Acórdão : **203-07.941**

Recurso : **116.587**

Recorrente : **COMERCIAL LA PUERTO LTDA.**

RELATÓRIO

Às fls. 58/68, a Decisão DRJ/RCE nº 897 julgando o lançamento procedente para a cobrança da COFINS relativa ao período de 09/96 a 03/98, em razão da falta de recolhimento.

Diz o julgador singular que o procedimento fiscal está revestido das formalidades previstas em lei e que a contribuinte impugnou, às fls. 48/54, totalmente o auto de infração, sob os argumentos de que a multa de ofício é inconstitucional porque confiscatória e a aplicação dos juros moratórios calculados com base na SELIC é servível apenas para remunerar o capital.

Esclarece, primeiramente, o julgador monocrático, que a argüição de inconstitucionalidade de norma legal não pode ser apreciada por Órgão da Administração Direta da União, e, ainda, que o disposto no inciso IV do art. 150 da CF/88 diz respeito à vedação da criação de tributos com efeito de confisco, não estando a multa de ofício incluída no conceito de tributo.

Continua quanto aos juros moratórios, ressaltando que o CTN, em seu art. 161, § 1º, regulamenta sua cobrança, à taxa superior ou inferior a 1%.

Inconformada, interpõe a contribuinte o Recurso Voluntário de fls. 72/78, onde reedita, item por item, o conteúdo na impugnação.

É o relatório



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : **10480.006344/98-81**
Acórdão : **203-07.941**
Recurso : **116.587**

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO MAURÍCIO R. DE
ALBUQUERQUE SILVA**

O Recurso preenche as condições necessárias ao seu conhecimento.

De fato, ombreio-me inteiramente à decisão recorrida, porque amparada na legislação de regência, e adoto-a, em sua inteireza, como razões de decidir.

Sem competência a Autoridade Administrativa para o exame de constitucionalidade das leis, porque esse mister é exclusivo do Poder Judiciário.

Quanto à multa e aos juros aplicados, compatibilizam-se com as prescrições legais destinadas a essas matérias.

Assim, nego provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, em 23 de janeiro de 2002

FRANCISCO MAURÍCIO R. DE ALBUQUERQUE SILVA